



Coren/SC

Fls. nº _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 016/2021**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2021****PROCESSO LICITATÓRIO N.º 007.926208/2021****PAD N.º 179/2021**

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA – COREN/SC, Autarquia Federal nos termos da Lei n.º 5.905/73, dotada de personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 75.308.106/0001-56, com sede Av. Mauro Ramos, n.º 224, Edifício Centro Executivo Mauro Ramos, 6º, 7º e 8º andares, Centro, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, **GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, divorciado, portadora do RG n.º 5564689 - SSP/SC e do CPF/MF n.º 307.136.330-34 e pela Tesoureira, **NEIDE APARECIDA GOMES PEREIRA**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 167274-2 – SSP/SC e do CPF/MF n.º 529.167.909-34.

FORNECEDOR: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob n.º 79.283.065/0001-41, com sede na Rua Dona Leopoldina, n.º 26, Centro, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.201-095, neste ato representada por seu representante legal Presidente, **RONALDO BENKENDORF**, portador do RG n.º 2.768.759 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 751.256.849-53.

PREPOSTO: Cristiane Brugmann da Fonseca, coordenador, inscrito no CPF sob n.º 049.864.636-42, telefone (48) 3281-1800, e-mail licitacoes@orbenk.com.br.

FISCAIS DE CONTRATO**Fiscal Técnico e Setorial da Sede:**

Graziela Salete de Souza, auxiliar administrativo, inscrita no CPF sob n.º 023.572.989-28, telefone (48) 3224-9091 – ramal 231, e-mail graziela.souza@corensc.gov.br.

Fiscal Administrativo:

Daiane Bittencourt da Rosa, Contadora, inscrita no CPF sob n.º 004.333.949-27, telefone (48) 3224-9091 – ramal 224, e-mail daiane.bittencourt@corensc.gov.br.

Fiscais Setorial Subseções:

Marta Rodrigues Coutinho Pacheco (Blumenau/SC), Auxiliar Administrativo do Coren/SC, inscrita no CPF sob n.º 004.370.617-79, telefones: (47) 3222-3524, e-mail marta.pacheco@corensc.gov.br;





Coren/SC

Fls. nº ____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

Maristela dos Santos Pacheco Vilas Boas (Chapecó/SC); Auxiliar Administrativo do Coren/SC, inscrita no CPF sob n.º 663.860.399-04, telefones: (49) 3323-6470, e-mail maristela.vilasboas@corensc.gov.br;

Liziane Gomes Nazário (Criciúma/SC), Auxiliar Administrativo do Coren/SC, inscrita no CPF sob n.º 026.418.699-00, telefones: (48) 3439-5274, e-mail liziane.nazario@corensc.gov.br;

Poliane Natale Rodio (Caçador/SC), Auxiliar Administrativo do Coren/SC, inscrita no CPF sob n.º 082.817.979-40, telefones: (49) 3563-8545, e-mail poliane.kuhnen@corensc.gov.br.

Carolina Gabriele Chiarelli (Joinville/SC), Auxiliar Administrativo do Coren/SC, inscrita no CPF sob n.º 055.364.419-06, telefones: (47) 3423-4132, e-mail carolina.chiarelli@corensc.gov.br.

Patrícia Bueno Silvestrin (Lages/SC), Auxiliar Administrativo do Coren/SC, inscrita no CPF sob n.º 050.397.929-56, telefones: (49) 3224-7818, e-mail patricia.silvestrin@corensc.gov.br.

Tendo em vista o resultado da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 008/2021, para contratação de Serviços Terceirizados, bem como a classificação obtida no certame, formulamos e homologamos o presente **CONTRATO**, de acordo com as especificações, quantitativos e preços ofertados pela empresa classificada no Processo Licitatório n.º 007.926208/2021.

Cláusula 1ª DO OBJETO

- 1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de copeiragem, telefonistas, zeladoria e serviços de limpeza e conservação, incluindo-se o fornecimento de todo o material de consumo e demais equipamentos necessários à execução adequada dos serviços na sede, subseções e no Centro de Documentos e Memória do Coren/SC, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
- 1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3 Objeto da contratação:

Lote	Item	Quantidade Postos Trabalho	Especificação Serviço/Objeto	Local	Valor Mensal (R\$)	Valor Total 60 meses (R\$)
	01	02 (dois) auxiliares de serviços gerais 40hs semanais.	Serviço de limpeza – Sede Florianópolis, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos.	Av. Mauro Ramos, nº 224, 5º ao 9º andar, Centro, Florianópolis, S/C. Rua Felipe Schmidt, nº 315, 8º andar, Centro, Florianópolis/SC.	R\$ 10.609,84	R\$ 636.590,40
	02	01 (uma) copeiro 40hs semanais.	Serviço de copeiragem – Sede Florianópolis, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos.	Av. Mauro Ramos, nº 224, 6º ao 9º andar, Centro, Florianópolis, S/C.	R\$ 4.727,63	R\$ 283.657,80
	03	01 (um) zelador 40hs semanais.	Serviço de Zeladoria – Sede Florianópolis, com fornecimento de uniformes	Av. Mauro Ramos, nº 224, 5º ao 9º andar, Centro, Florianópolis, S/C.	R\$ 6.073,69	R\$ 364.421,40

Pregão Eletrônico n.º 008/2021 – Coren/SC

Página 2 de 11

Av. Mauro Ramos, 224, Centro Executivo Mauro Ramos
6º ao 9º andar, Centro, Florianópolis/SC. CEP 88020-300
Caixa Postal 163 - Fone/Fax: (48) 3224-9091
www.corensc.gov.br

GELSON LUIZ
DE
ALBUQUERQUE: 034
30713633034
Assinado de forma digital
por GELSON LUIZ DE
ALBUQUERQUE:30713633
Dados: 2021.10.14
12:44:26 -03'00'



Coren^{SC}
Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina



Coren/SC

Fls. nº ____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

Único			e equipamentos.			
	04	01 telefonista 30 horas semanais.	Serviço de telefonista – Sede Florianópolis, com fornecimento de uniformes	Av. Mauro Ramos, nº 224, 5º ao 9º andar, Centro, Florianópolis, S/C.	R\$ 3.487,61	R\$ 209.256,60
	05	01 telefonista 20 horas semanais.	Serviço de telefonista – Sede Florianópolis, com fornecimento de uniformes	Av. Mauro Ramos, nº 224, 5º ao 9º andar, Centro, Florianópolis, S/C.	R\$ 2.369,40	R\$ 142.164,00
Único	06	01 auxiliar de serviços gerais 20hs.	Serviço de limpeza – Subseção Blumenau, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos.	Rua XV de Novembro, nº 1336, sala 47, Centro, Blumenau, S/C.	R\$ 3.562,57	R\$ 213.754,20
	07	01 auxiliar de serviços gerais 20hs semanais.	Serviço de limpeza – Subseção Caçador, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos.	Av. Barão do Rio Branco, nº 1260, sala 23, Centro, Caçador, S/C.	R\$ 3.523,51	R\$ 211.410,60
	08	01 auxiliar de serviços gerais 20hs semanais.	Serviço de limpeza – Subseção Chapecó, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos.	Rua Marechal Deodoro, nº 400, sala 508, Centro, Chapecó, S/C.	R\$ 3.602,51	R\$ 216.150,60
	09	01 auxiliar de serviços gerais 20hs semanais.	Serviço de limpeza – Subseção Criciúma, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos.	Av. Getúlio Vargas, nº 440, sala 202, Centro, Criciúma, S/C.	R\$ 3.643,34	R\$ 218.600,40
	10	01 auxiliar de serviços gerais 20hs semanais.	Serviço de limpeza – Subseção Joinville, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos.	Rua Dona Francisca, nº 260, sala 1308 e 1310, Centro, Joinville, S/C.	R\$ 3.542,93	R\$ 212.575,80
	11	01 auxiliar de serviços gerais 20hs semanais.	Serviço de limpeza - Subseção Lages, com fornecimento de materiais, uniformes e equipamentos.	Rua Benjamin Constant, nº 28, sala 100, Centro, Lages/SC.	R\$ 3.643,34	R\$ 218.600,40
Valor Total do Lote.....					R\$ 48.786,37	R\$ 2.927.182,20

Cláusula 2ª DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 60 (sessenta) meses.

- 2.1.1 Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 2.1.2 Sua extinção pelos motivos expostos no item 2.1.1 só poderá ocorrer após a vigência mínima de 12 (doze) meses de contrato.
- 2.1.3 É admitida a repactuação dos preços deste contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta, no que tange aos valores de mão-de-obra.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 2.1.4 É admitido, o reajuste dos custos com insumos e materiais, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta, utilizando como índice de reajuste o INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.
- 2.1.5 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.
- 2.1.6 Caso a Contratada não requeira tempestivamente a repactuação ocorrerá a preclusão do direito.
- 2.1.7 Ocorrerá igualmente a preclusão do direito à repactuação caso o pedido seja formulado depois de extinto o contrato.
- 2.1.8 As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.
- 2.1.9 Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item.
- 2.1.10 O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.
- 2.1.11 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- 2.1.12 Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste ocorrerá a preclusão do direito.
- 2.1.13 O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da Contratada.

Cláusula 3ª DO VALOR CONTRATUAL

- 3.1 O valor mensal da contratação é de R\$ 48.786,37 (quarenta e oito mil setecentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos), perfazendo o valor total de R\$ 2.927.182,20 (dois milhões novecentos e vinte e sete mil cento e oitenta e dois reais e vinte centavos).
- 3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, materiais, equipamentos, uniformes e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.





Coren/SC

Fls. nº ____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

Cláusula 4ª DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, e prevista no orçamento do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, para o exercício de 2021 e 2026, e correrá sob a seguinte rubrica orçamentária:

4.1.1 Rubrica: 33.90.037.002 – Serviços de Limpeza e Higienização com Locação de Mão de Obra.

Cláusula 5ª DO PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização, será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do atesto de conformidades emitidos pelo fiscal operacional e administrativo relativo ao mês da prestação do serviço.

5.2 Junto a Nota Fiscal deverá ser encaminhado planilha com as especificações de contingenciamentos a serem depositados na cota depósito bloqueada para movimentação.

5.3 No primeiro mês de prestação de serviço, a Nota Fiscal será parcial e correspondente aos dias trabalhados até o dia 31.

5.4 O pagamento será feito por meio de depósito em conta corrente da Contratada ou boleto bancário, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal.

5.5 Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

5.5.1 do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

5.5.2 da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

5.5.3 do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal em vigor.

Cláusula 6ª DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1 Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a contratada deverá depositar em favor do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global anual do contrato, em uma das modalidades previstas no parágrafo primeiro, do artigo 56, Lei nº 8.666/93, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança-bancária.

6.2 A garantia deverá ser depositada em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, em conta bancária indicada pelo Coren/SC na assinatura do contrato e deverá ter extensão de 90 (dias) após o término da vigência do contrato.

6.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 6.3.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 6.3.2 prejuízos causados ao Coren/SC ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 6.3.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Coren/SC à contratada;
 - 6.3.4 obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não realizadas pela contratada;
 - 6.3.5 verbas trabalhistas, não realizadas pela contratada.
- 6.4 A garantia será liberada em 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

Cláusula 7ª MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 7.1 O modelo de execução dos serviços a serem executados pela Contratada, os materiais e equipamentos que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

Cláusula 8ª DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 O Contratado não divulgará nem fornecerá dados ou informações obtidos em razão deste contrato, e não utilizará o nome do Contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, salvo com autorização prévia.
- 8.2 O Contratado deverá apresentar e manter seus empregados em serviço devidamente uniformizados e equipados, correndo as despesas por sua conta.
- 8.3 O Contratado deverá manter os seus empregados devidamente identificados por crachá, devendo substituir imediatamente todo e qualquer um deles julgados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante.
- 8.4 Não será permitida a presença de funcionários do Contratado em área da Coren/SC que não seja imediata do trabalho e, ainda, em qualquer local fora do horário de trabalho.
- 8.5 O Contratado deverá indicar um preposto, aceito pelos fiscais do Contrato, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº CPF, do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional. O preposto terá as seguintes responsabilidades:
- 8.5.1 comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados;
 - 8.5.2 administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
 - 8.5.3 cuidar da disciplina;
 - 8.5.4 estar sempre em contato com o Fiscal de Contrato;
 - 8.5.5 providenciar que todos os produtos de limpeza, higiene e copa sejam entregues mensalmente, sem atraso, até o dia 5 (cinco) de cada mês.



**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA**

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 8.6 A Contratada deve fornecer na totalidade, além da mão-de-obra, os materiais listados neste Termo de Referência, devendo ser entregues até o dia 05 (cinco) de cada mês.
- 8.7 Não permitir a prestação de serviços que impliquem em horas extras, para serem cobrados do Coren/SC.
- 8.8 A contratada deverá substituir em até 02 (duas) horas a falta de empregados nos postos de trabalho.
- 8.9 A Contratada deverá substituir em até 48 (quarenta e oito) horas, sempre que exigido pelo fiscal do Contrato, e independente de qualquer justificativa desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da contratada ou inadequada para a prestação dos serviços.
- 8.10 Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço.
- 8.11 A inadimplência do contratado para com estes encargos, não transfere à contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
- 8.12 Ocorrendo mudança de endereço do local a ser prestado os serviços, ficará a contratada obrigada a executá-los nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro da região inicialmente contratada e permaneça as metragens aproximadas, dentro do limite de 25% permitido por lei.
- 8.13 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços Contratados, nos termos da legislação vigente.
- 8.14 Fornecer aos executados dos serviços todos os equipamentos de segurança adequados, bem como as ferramentas que se fazem necessárias, e estritamente em conformidade com as normas que regem a atividade, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, quando da execução dos serviços ora contratado.
- 8.15 Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.
- 8.16 Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.
- 8.17 Instruir os seus empregados quanto ao uso dos equipamentos de segurança, principalmente em serviços que os exponham a riscos.
- 8.18 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e pessoas causados por seus empregados, dolosa ou culposamente, aos bens do Coren/SC e/ou terceiros.
- 8.19 Relatar à Administração qualquer irregularidade observada nos postos onde houver prestação dos serviços.
- 8.20 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 8.21 O custo do uniforme não poderá ser repassado ao ocupante do posto de trabalho.
- 8.22 Ressarcir o Contratante dos prejuízos causados pelos seus empregados ao patrimônio público e a terceiros quando da execução dos serviços contratados, independentemente de dolo ou culpa destes. Em não sendo possível a substituição do bem danificado ou extraviado, a Administração poderá autorizar o ressarcimento em espécie, promovendo previamente, nesta hipótese, a apuração do valor de mercado atualizado do bem, para efeito de recolhimento da importância respectiva aos cofres públicos.
- 8.23 Manter o pagamento das obrigações trabalhistas devidas aos seus empregados rigorosamente em dia.
- 8.24 Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa – SLT/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.
- 8.25 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666, de 1993.
- 8.26 À Contratada cabe ainda assumir a responsabilidade por:
- 8.26.1 todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
 - 8.26.2 todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrências dessa espécie, forem vítimas seus empregados durante a execução dos serviços constantes neste contrato, ainda que acontecido em dependência do Contratante;
 - 8.26.3 todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
 - 8.26.4 encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

Cláusula 9ª DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas Notas Fiscais/Faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.
- 9.2 Indicar o local onde os serviços serão executados, e indicar locais adequados para a guarda de equipamentos e materiais.
- 9.3 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Contrato.
- 9.4 Efetuar o pagamento dos serviços prestados nas condições estabelecidas no Contrato.
- 9.5 Solicitar à Contratada todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
- 9.6 Solicitar a substituição do empregado que não estiver desempenhando suas atividades a contento.





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 9.7 Destinar local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.
- 9.8 Colocar à disposição dos empregados da Contratada local para descanso e guarda de uniforme e outros pertences necessários ao bom desempenho dos serviços.
- 9.9 É vedado à Administração ou aos seus servidores praticar atos de ingerência na administração da Contratada.

Cláusula 10ª DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

Cláusula 11ª DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:
 - 11.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
 - 11.1.2 amigavelmente, nos termos do artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 11.1.3 Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à Contratada o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.
- 11.3 A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
 - 11.4.1 balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 11.4.2 relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 11.4.3 indenizações e multas.
- 11.5 O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do Contratante e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).
- 11.6 Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN SEGES/MP n.º 05/2017).
- 11.7 Até que a Contratada comprove o disposto no item anterior, a Contratante reterá:





CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

- 11.7.1 a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela Contratada, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e
- 11.7.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 11.8 Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 11.9 O Contratante poderá ainda:
- 11.9.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pela Contratada, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 11.9.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n.º 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da Contratada decorrentes do contrato.
- 11.10 O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018.

Cláusula 12ª DA VEDAÇÕES

- 12.1 É vedado à Contratada:
- 12.1.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em Lei.

Cláusula 13ª ALTERAÇÕES

- 13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.
- 13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Cláusula 14ª DOS CASOS OMISSOS

- 14.1 Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





Coren/SC

Fls. nº _____

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

Cláusula 15ª PUBLICIDADE

- 15.1 Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

Cláusula 16ª DO FORO

- 16.1 Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina – Subseção Judiciária de Florianópolis.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Florianópolis/SC, 18 de outubro de 2021.

GELSON LUIZ DE
ALBUQUERQUE:30713
633034

Assinado de forma digital por
GELSON LUIZ DE
ALBUQUERQUE:30713633034
Dados: 2021.10.14 12:47:03 -03'00'

CONTRATANTE:

Gelson L. Albuquerque
Presidente do Coren-SC

NEIDE APARECIDA GOMES
PEREIRA:52916790934

Assinado de forma digital por NEIDE APARECIDA
GOMES PEREIRA:52916790934
Dados: 2021.10.14 11:38:08 -03'00'

CONTRATANTE:

Neide Aparecida Gomes Pereira
Tesoureira do Coren-SC

RONALDO
BENKENDORF:75125684953

Assinado de forma digital por RONALDO
BENKENDORF:75125684953
Dados: 2021.10.11 08:32:57 -03'00'

CONTRATADO:

Ronaldo Benkendorf
Presidente da Orbenk

Testemunhas:

1) _____
Nome: _____
CPF: _____

2) _____
Nome: _____
CPF: _____